



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis

ANO VIII - Nº 71 - MAIO/JUNHO 2013



DE ONDE TIRAR?
 DA SAÚDE
 DA EDUCAÇÃO
 DO LUCRO DAS EMPRESAS, DÁ!

OU PARA A ROUBALHEIRA
OU PARAMOS O BRASIL

NÃO FALTA
MÉDICO
FALTA SAÚDE
#POLÍTIOS USANDO SUS, TÁ!

CHEGA DE OPRRESSÃO
QUEM? Policia a Policia

NÃO ABRIAMOS MÃO DE NOSSOS DIREITOS

VERES QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA

PROTESTOS NO BRASIL

O fim da violência começa na luta contra a desigualdade. Páginas 8 e 9

NÃO VEM DIZER AGORA QUE COM UFF MELHORA A PRÓPRIA DNA IS VÃO ALIAR A PM TEM QUE ACABAR

DESCOPEM O TRANSTORNO ESTAMOS MUDANDO O BRASIL

CONTRA O LOBBY DAS EMPRESAS DE ONIBUS

CHEGA! ABANDONO NA EDUCAÇÃO DE SAÚDE ABANDONADA



MORADORES DE RUA

Mobilização na defesa de direitos. Página 7

O POVO NÃO É BESTA SÔ

ESCUDO ANTI-MENTIRA

QUE APENAS BEIJOS CALEM BOCAS

EU TE AMO NÃO ME MACHUQUE

TEM TANTA COISA ERRADA QUE NÃO CABE NO CARTÃO

LUTAMOS POR MAIORES INVESTIMENTOS NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA! FORA CAMBADA DE LADRÃO!

UM PAÍS MUDO NÃO MUDA!!!

A defesa do Serviço Social e a sistematização da prática profissional

Em anos de congressos brasileiros de assistentes sociais uma constatação costuma surpreender a categoria e outros profissionais. O número de trabalhos inscritos por assistentes sociais e estudantes de Serviço Social de todo o país para o principal evento da categoria (e, também, para os eventos preparatórios que vários CRESS realizam) é imenso. Há várias edições, o CBAS vem tendo acima de mil trabalhos aprovados e apresentados (em 2013, foram mais de 2000 trabalhos inscritos). São as mais diversas reflexões sobre o papel do Estado, o significado da profissão, a conjuntura das políticas sociais e dos campos sócio-ocupacionais, as condições em que se dá o exercício profissional, entre outros. Há, ainda, contribuições para temas que envolvem diferentes demandas da vida das pessoas que se utilizam de nossos serviços. O I Congresso Estadual de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro foi mais uma demonstração desta mobilização: embora cada autor só pudesse inscrever um trabalho para o congresso, foram 136 trabalhos inscritos, em um universo de aproximadamente 900 participantes. Mesmo com o pequeno tempo de divulgação do evento.

Mas este número ainda é pequeno se considerarmos o tamanho da categoria. No Brasil, já somos quase 120 mil

profissionais em atuação (no Rio de Janeiro, cerca de 14 mil). Ou seja, apenas cerca de 1% da categoria costuma socializar suas preocupações, análises, proposições para as políticas com que atuamos. Contribuições fundamentais, que vão definindo a agenda política de nossas entidades nacionais e defendendo a perspectiva crítica de Serviço Social que tem nos caracterizado no Brasil.

Ou seja, ainda há muito a avançar. Ao longo de nossa graduação a literatura que visitamos demonstra a importância de sistematizar nossa prática profissional. Ela não é fundamental apenas para apresentarmos artigos em eventos ou para a circulação de ideias entre assistentes sociais e outros públicos. Sistematizar nosso cotidiano nos ajuda a ver o que há por trás da aparência das demandas que nos são apresentadas. Demonstra que a regularidade de determinados atendimentos ou procedimentos profissionais (como acesso a políticas de transferência de renda; orientações previdenciárias; conhecimento das legislações sociais; descoberta do potencial que a população tem de se organizar para a luta pela satisfação de suas necessidades etc.) são reveladoras da desigualdade social que assola o país. Na linguagem que nos é característica, é nestes momentos que as diferentes expressões da questão social se apresentam para nós da forma mais evidente.

Mas não nos basta reconhecê-las: é preciso desenvolver constantemente nossa

capacidade de interpretá-las, propor-lhes alternativas, relacioná-las com as dificuldades que as instituições que nos empregam impõem para o acesso a direitos que deveriam ser universais. Neste processo ampliamos nossas condições de cumprir as competências e atribuições previstas em nossa lei de regulamentação: planejar, implementar, avaliar e gerir políticas, planos e projetos sociais, na intenção de cumprir o que prevê nosso código de ética profissional.

Exercemos nossa profissão em uma sociedade excludente, em que o individualismo e a competição são valores (dentre outros) que se apresentam como os "corretos e adequados" para a vida de cada sujeito social. Sendo assim, esta contribuição torna-se ainda mais central. Em outras palavras, neste processo podemos contribuir, no âmbito de nossa profissão, para apontar que uma sociedade justa é uma exigência ética central na atualidade. E que é possível construí-la, a partir das diferentes contribuições que cada um de nós pode oferecer.

Não há dicotomia entre teoria e prática. Uma ilumina a outra, faz com que avancem, se repensem, se renovem para enfrentar a complexidade de cada conjuntura.

Desejamos que este espírito crítico e reflexivo se acentue em nossa categoria.



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 71 - Maio/Junho 2013

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Charles Toniolo de Sousa

Vice-Presidente: Moara Paiva Zanetti

1ª Secretária: Elizabeth Souza de Oliveira

2ª Secretária: Sílvia Dabdad Calache Distler

1ª Tesoureira: Edenilza Silva Cesário

2ª Tesoureira: Eduardo Nascimento de Carvalho

Conselho Fiscal: Telma Pilé Gomes, Leandro Rocha da Silva, Michele Pontes da Costa

Suplentes: Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira, Loraine Rocha Vigo, Joilson Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis, Carlos Felipe Nunes Moreira

Comissão de Comunicação e Cultura: Ana Lucia Vaz, Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa, Leandro Rocha da Silva, Moara Paiva Zanetti, Michelle Moraes, André Cansado, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque e Allan Botelho

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso D'Almeida

Secretária: Rosângela Maria A. Benevides Guimarães

Tesoureira: Júnia de Souza Elias

Suplentes: Irai Martins Bohrer

Seccional Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003

Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Paula de Almeida Pereira

Secretária: Liliâne Rocha Ribeiro

Tesoureira: Larissa Fagundes Costa

Suplentes: Natália Reis de Oliveira e Mitchelly de Barros Silva Santos

Jornalistas Responsáveis: Ana Lucia Vaz (MTB/RJ 18058) e Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset - Tiragem: 15.000 exemplares

Atividades do mês de maio foram sucesso

Em todos os 11 núcleos houve minicursos, além de 16 realizados na sede e nas seccionais, com a participação de cerca de 1.200 assistentes sociais e estudantes, no total. Os dois dias de realização do I Congresso de Assistentes Sociais contou com a participação de aproximadamente mil pessoas.



Roda de Conversa com assistentes sociais e estudantes do Brasil e da Colômbia, durante o I Congresso.



Cabo Frio



Campos



Nova Friburgo



Volta Redonda

Este ano foram realizados seminários em Cabo Frio, Campos, Volta Redonda e Nova Friburgo. A participação nos quatro seminários foi bastante expressiva.

Registro e anuidade

Regularização de débitos sem multas e juros até 30/9

A campanha de regularização de débitos do Conjunto CFESS/CRESS termina no dia 30 de setembro de 2013.

Assistentes sociais em débito com o CRESS, inclusive em dívida ativa, podem aderir, recebendo o abatimento total de juros e multas de débitos até 2012 e ainda podem parcelar o débito. Ao procurar o CRESS, é importante também que a assistente social responda ao questionário da pesquisa *on line*, disponível em https://www.surveymonkey.com/s/cfess_2013

A defesa do Serviço Social como profissão regulamentada e o fortalecimento do compromisso ético-profissional da categoria depende da contribuição de cada assistente social.

Para mais informações procure o setor de registro e anuidade do CRESS. Tel.: (21) 3147-8770.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região convoca as assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro para **Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 04 de outubro de 2013** (sexta-feira), às 18h, em primeira convocação e às 18h30 em última convocação, na sede do CRESS-RJ, à Rua México, no 41/1204 Centro/RJ. Terão direito a voto os profissionais em pleno gozo de seus direitos e quites com as anuidades do CRESS até o ano de 2012.

Pauta: Avaliação do Encontro Nacional CFESS/CRESS (Recife/PE), informes, definição do valor da anuidade do CRESS – exercício 2014 e eleição da Comissão Regional Eleitoral para as eleições do CRESS-RJ.

Charles Toniolo de Sousa
Presidente CRESS – 7ª Região
CRESS 13274

Próximo encontro CRESS-Núcleos
4 de outubro, às 13h
Auditório do Conselho

Praxis no feminino

No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

Extensão universitária

Espaço privilegiado de exercício profissional e estágio

Bárbara Haanwinckel, Valéria Pereira e Aline Assis são assistentes sociais e servidoras técnico-administrativas da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR5). Em entrevista concedida ao Praxis, Bárbara e Valéria mostram entusiasmo com o trabalho na Divisão de Integração Universidade-Comunidade (DIUC), principalmente com a supervisão de campo. A supervisão é realizada no Escritório da Cidadania do Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania.

"Pra gente, a supervisão de campo é uma reatualização constante. Neste formato, dentro de uma universidade, articulado à extensão e à pesquisa, a gente é o tempo todo demandada a repensar a prática", afirma Bárbara. Motivada por esta experiência, Bárbara iniciou o doutorado.

Para Valéria, que já trabalhou na área da saúde, a extensão universitária "é um espaço muito privilegiado de atuação profissional". Na saúde, ela também fazia questão de refletir sobre sua atuação profissional, mas a demanda de atendimentos, no plantão, tornava o tempo

estrito. Era preciso criar espaços. "Aqui você tem mais facilidade de fazer essa articulação constantemente. Tanto pela interlocução com o estagiário, quanto pela própria característica da DIUC, com estágio, pesquisa e extensão juntos no mesmo espaço."

Valéria, Bárbara e Aline atuam no Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC), um dos programas de extensão da DIUC. Aline foi a primeira a chegar, em 2010. No ano passado, Bárbara e Valéria se incorporaram à equipe. Todas são servidoras técnico-administrativas da Pró-Reitoria de Extensão (PR5), lotadas na DIUC.

Além da supervisão de campo de estágio, elas também atuam na análise e elaboração de projetos e programas de extensão, dentre outras ações. "Estamos imersas na política de extensão da universidade", explica Bárbara. Uma grande motivação para as assistentes sociais é a convicção de que o trabalho delas contribui de maneira significativa para a formação de qualidade dos alunos.

Extensão universitária com profissionais concursadas

Funcionando desde 2006, o NIAC já fez mais de mil atendimentos no campo de direitos humanos e acesso à justiça, no Escritório Interdisciplinar da Cidadania. Cumpre, assim, o papel da extensão universitária: mobilizar a sociedade de modo a socializar o conhecimento acadêmico produzido, produzir novos conhecimentos a partir da aproximação com a população, contribuindo para a formação qualificada de novos profissionais.

A entrada de assistentes sociais concursadas em projetos de extensão é uma conquista para profissão, pois sua participação não depende de políticas de bolsas. Garante ainda continuidade das ações desenvolvidas junto à população que é mobilizada através da extensão universitária.

O trabalho do Serviço Social em programas e projetos de extensão tem se mostrado um potencial mercado de trabalho para profissionais que ingressam nas universidades públicas



Reunião de capacitação no NIAC



Valéria e Bárbara, assistentes sociais do NIAC

via concurso público. A extensão compõe o tripé fundamental da universidade, junto do ensino e da pesquisa. A inserção de assistentes sociais na extensão tem permitido uma importante contribuição para o desenvolvimento direto das atividades-fins da universidade.

Com a entrada de assistentes sociais concursadas, o programa pôde também consolidar a oferta regular de estágios, de acordo com a Lei de Estágio, a regulamentação profissional e as diretrizes da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão). Atualmente, há nove vagas para estágio, sob a supervisão das três profissionais.

NIAC: articulação entre extensão, estágio supervisionado e pesquisa

O NIAC atende às regiões do *campus* universitário da Ilha do Fundão e arredores. Mas o foco principal é o atendimento à comunidade da Maré, para onde são voltados os projetos de intervenção e as visitas institucionais e articulações da rede de serviços, sempre que necessárias.

As estagiárias de Serviço Social fazem atendimento no Escritório da Cidadania, uma das frentes de atuação do NIAC. O processo é acompanhado diariamente pelas assistentes sociais. As estagiárias precisam elaborar relatórios das entrevistas realizadas, além de participar de atendimentos, acompanhamentos, reuniões interdisciplinares e visitas.

Há, ainda, reuniões semanais de supervisão de campo para a reflexão sobre a prática e as possibilidades de intervenção, bem como para o debate de textos propostos.

Além disso, supervisoras de campo e estagiárias participam de congressos de extensão, jornadas de iniciação científica etc., apresentando trabalhos conjuntamente. “A gente pensa muito a questão da supervisão de estágio”, conta Bárbara. A equipe produziu um trabalho sobre o tema para o CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) deste ano.

“A gente está qualificando a nossa intervenção o tempo todo. É uma bandeira que todas as profissionais devem levantar, porém aqui é um lugar privilegiado para isso, porque a gente está imersa na academia. A dinâmica organizacional já prevê isso”, explica Bárbara.

Essa dinâmica cria um espaço privilegiado também para o estágio curricular. Valéria explica que o NIAC segue as diretrizes da ABEPSS para o estágio. “Em geral, o aluno fica os dois anos aqui”. O que é de se esperar, num espaço tão privilegiado para o ensino-aprendizado.

O espaço universitário para realização do estágio favorece a reflexão crítica sobre a realidade, e a elaboração de atuação profissional qualificada e comprometida com os referenciais ético-políticos da profissão. E para garantir esta formação qualificada é preciso que as estudantes saiam do estágio sabendo articular a dimensão crítica com a utilização de instrumentos e estratégias para encontrar as melhores respostas na atuação profissional.

“O importante é manter uma conexão permanente entre teoria e prática”, explica Valéria. Para tanto, Bárbara e Valéria afirmam que

a relação estreita entre supervisão de campo e supervisão acadêmica é fundamental. E fortalece o tripé ensino, pesquisa e extensão.

O desafio da interdisciplinaridade

O NIAC foi criado em 2006. Atualmente conta com projetos da Psicologia, Direito e Serviço Social. Todos com linha de atuação no campo do acesso à justiça e direitos humanos.

No Escritório da Cidadania, o primeiro atendimento é feito pela equipe interdisciplinar. Uma reunião interdisciplinar diária de estagiários e supervisores discute o encaminhamento.

No caso do Serviço Social, depois existe um atendimento social, para levantamento de dados sobre acesso da população usuária às políticas sociais. Esta entrevista é realizada exclusivamente pela equipe de Serviço Social. Um relatório geral, com as informações que podem ser socializadas, é apresentado à equipe. Mas a ficha detalhada do atendimento é sigilosa, e guardada em arquivo próprio.

A partir daí, o Serviço Social pode construir estratégias coletivas para potencializar o acesso dos usuários aos diversos serviços, além de apontar que direitos a população atendida não estão acessando. O que pode provocar debates na comunidade, e mobilizações que permitam o acesso à justiça social da população da Maré.

A construção de um trabalho interdisciplinar, porém, é um desafio permanente. “A atuação do assistente social dentro dessa dimensão interdisciplinar não é algo pronto, mas em construção”, avalia Bárbara. Recentemente, a equipe do NIAC produziu um manual de procedimentos, no “esforço interdisciplinar de pensar como deve ser a dinâmica operacional do Escritório de Cidadania”, explica. Uma pequena contribuição no amplo esforço de construção do trabalho interdisciplinar.



Escritório da Cidadania: uma das frentes de atuação do NIAC

Violência contra adolescentes

ECA: garantia de direitos longe da realidade cotidiana

O Brasil é o quarto país que mais assassina crianças e adolescentes. Os dados são do “Mapa da Violência: crianças e adolescentes do Brasil” elaborado pelo CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos), comparando 99 países, em 2012. Só em 2010, foram assassinadas 8.686 pessoas com menos de 18 anos. Este índice vem crescendo “vertiginosamente”, segundo o Mapa: 346%, nas últimas três décadas.

Enquanto isso, o Estado mostra-se mais rigoroso, não na garantia dos direitos, mas na punição desta população. De 1996 a 2010, o número de adolescentes cumprindo penas de restrição ou privação de liberdade cresceu 400%, de acordo com dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (ver gráfico).

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes só deveriam ter sua liberdade restrita em última instância, em espaços físicos que ofereçam condições saudáveis de desenvolvimento. Ou seja, condições de higiene e dignidade, atividades educacionais e profissionalizantes, esporte, cultura e lazer, além de proximidade geográfica e contato semanal com familiares.

“O ECA considera que o sujeito ainda está em processo de formação, e o Estado tem que garantir condições de seu pleno desenvolvimento”, explica a assistente social Débora Rodrigues, membro da Comissão de Direitos Humanos do CRESS e representante do Conselho no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

O Estatuto segue as diretrizes da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU.

Violência institucional

No Rio de Janeiro, a maioria das instituições socioeducativas estão longe do modelo definido pela lei. “Há um quadro crônico de violência institucional”, explica Fábio Simas, da Comissão de Direitos Humanos do CRESS e membro do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT-RJ).

A violência começa na internação indiscriminada. Segundo dados do próprio Degase-RJ (Departamento Geral de Ações Socioeducativas), dos adolescentes que estiveram provisoriamente internados, menos da metade recebeu medida de internação, ao ser julgado. “O que indica a

banalização da internação provisória”, conclui o Mecanismo em seu relatório de 2012.

De acordo com o ECA, porém, “em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada”.

A maioria das instituições de internação de adolescentes é semelhante às penitenciárias para adultos, segundo Fábio. Em visita às instituições do Degase-RJ, o Mecanismo encontrou desde alojamentos superlotados e sem condições de higiene até sistemas de isolamento e punições arbitrárias. Há, ainda, denúncias de torturas.

Combate à violência se faz com garantia de direitos

“O que todos os estudos e a experiência de diversos países mostram é que mais encarceramento não reduz a violência. Pelo contrário!”, afirma Fábio Simas.

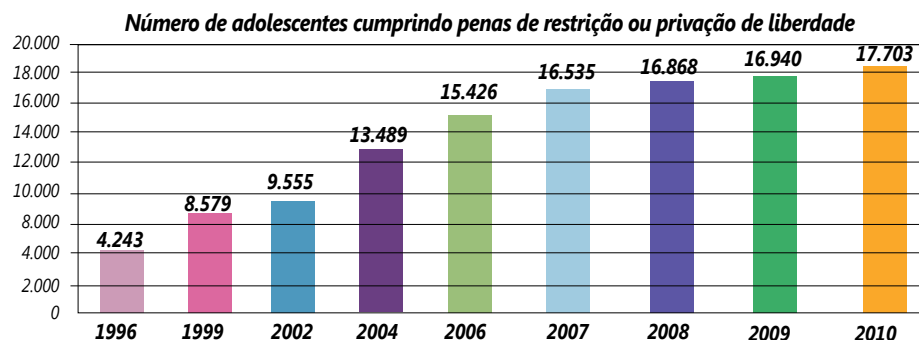
Apesar disso, há quem defenda a redução da idade mínima para o encarceramento. “Para quem se fala em redução da maioridade penal, e até em pena de morte? Para os adolescentes

que tiveram seus direitos a educação, saúde, proteção, violados”, argumenta Fábio. “É um retrocesso na garantia dos direitos humanos”, explica Débora.

Para Fábio Simas, para reduzir a violência é preciso aplicar o ECA, que até hoje não foi efetivamente posto em prática. “A gente tem que defender a efetivação das políticas públicas e não penalizar quem é vítima da ausência dessas políticas”, afirma Débora.

A criação do Sinase (Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas) representou um avanço neste sentido. Fruto de luta dos movimentos sociais, ele foi instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 2006, e aprovado pela Lei nº 12.594, em 2012.

Segundo Fábio Simas, o Degase tem feito várias ações no sentido de se adequar às determinações políticas estabelecidas pelo Sinase. Mas ainda está longe de chegar ao que se propõe. Enquanto isso, persistem as denúncias de maus-tratos.



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Cartilha orienta atuação na defesa dos direitos humanos

Muitas vezes, assistentes sociais, em seu exercício profissional, testemunham e/ou agem de forma omissa com graves violações dos direitos humanos. Calar-se nestas ocasiões contraria nosso Código de Ética. Em alguns casos, agir contra tais violações pode implicar até em riscos pessoais. Por isso, o CRESS-RJ elaborou a Cartilha de Direitos Humanos. O objetivo é orientar profissionais sobre os caminhos e mecanismos de ação e denúncia, inclusive nos casos em que é preciso garantir a segurança do profissional. A cartilha está sendo distribuída pelo Conselho, mas também pode ser acessada em nosso site.



Movimento da população em situação de rua

“Só nossa mobilização pode trazer melhoria para nossas vidas”

A afirmação é de Maria Lúcia Santos Pereira, coordenadora do Movimento Nacional da População em situação de Rua, e também liderança do Movimento na Bahia. Para Lúcia, um grande problema que atinge, hoje, a população de rua é a preparação das cidades para a Copa e outros megaeventos. “Não é apenas aqui no Rio, é no Brasil todo. As autoridades estão fazendo higienização e dizem que é por conta do crack, mas a gente sabe que a intenção é tirar as pessoas das ruas pra mostrar um Brasil sem violência, sem miséria.”

“A nossa sociedade é capitalista, o poder parte do pressuposto que morador de rua não dá lucro”, analisa Lúcia.

Pesquisa realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, nos primeiros meses deste ano, mostra que 65% da população em situação de rua não usa drogas. Por outro lado, muitas violações de direitos foram relatadas, incluindo moradores que tiveram seus documentos rasgados nas ações de recolhimento da Prefeitura. Essas e outras violações motivaram o Ministério Público do estado a apresentar duas ações civis públicas contra a Prefeitura do Rio de Janeiro. A primeira manda a Prefeitura “indenizar as pessoas adultas em situação de rua submetidas a recolhimentos compulsórios em abrigos da Cidade do Rio de Janeiro”; a segunda acusa Eduardo Paes e Rodrigo Bethlem (ex-secretário de Assistência Social que iniciou as ações de recolhimento compulsório) de improbidade administrativa. As ações estão em fase de defesa.

Prefeitura do Rio de Janeiro: ações violentas e promessas abstratas

O vice-prefeito e atual secretário de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS), Adilson Pires, não se fez presente nas reuniões e audiências públicas convocadas para discutir a política de assistência social da cidade, incluindo as mudanças prometidas na área da atenção à população de rua. Na última reunião da comissão especial da população de rua da Câmara de Vereadores, coordenada pelo Vereador Reimont, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social foi representada pelo subsecretário de Proteção Social Especial, Rodrigo Abel. Passados seis meses deste segundo mandato de Eduardo Paes, nada foi apresentado da política de ação para pessoas em situação de rua.

Com um belo slogan: “População de rua 2013: um direito à cidade”, Rodrigo apresentou apenas a ideia de realização de uma grande pesquisa sobre a população em situação de rua. Esta pesquisa deverá basear o planejamento que será apresentado ao legislativo até final de agosto e as diretrizes de atuação do governo nos próximos quatro anos.

Maciel Silva, liderança do Movimento no Rio de Janeiro, questionou o subsecretário: “Não adianta elaborar uma forma de abordagem futura, se não levar em consideração a que está sendo feita agora.” Em seguida, enumerou diversas violações que vêm sendo cometidas contra a população de rua. O subsecretário se limitou a esquivar-se ou discordar das denúncias.

Até o fechamento desta edição a SMDS ainda não havia apresentado sua política de atuação, nem de adesão à política nacional para a população de rua.



Reunião de moradores de rua no Centro de Convivência, na Lapa

Movimento surgiu a partir da chacina na Praça da Sé

Em 2004, 15 moradores de rua foram atacados em São Paulo. Sete morreram. O fato teve repercussão nacional. “Algumas entidades já defendiam a população de rua, mas de fora, falando sobre”, explica Lúcia. Essas entidades parceiras, porém, percebiam que era necessário “o protagonismo da população que vive nas ruas”.

“No ano seguinte, o Movimento já iniciou sua organização em nível nacional e fez uma marcha a Brasília”, conta Maciel. Segundo Lúcia, o então presidente Lula começava a reunir-se com o movimento de catadores. A população de rua pedia políticas específicas.

Segundo Maciel, foi a partir dessa mobilização que a Presidência sancionou, em dezembro de 2009, o decreto 7.053 instituindo pela primeira vez no Brasil uma política intersectorial para a população que vive nas ruas. “A Política Nacional de População em Situação de Rua foi pensada com a participação da população de rua”, afirma Lúcia, protagonista importante naquele período e nos dias de hoje.

“De lá pra cá nós estamos tentando convencer os governos dos municípios e estados a aderirem a essa Política”, explica Maciel. Lúcia afirma que os Comitês e Fóruns locais são fundamentais para a implantação e monitoramento da Política.

Lúcia esteve no Rio de Janeiro no dia 21 de junho, para participar da aula no curso de extensão sobre população de rua, promovido pelo Núcleo de Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFRJ, em parceria com o Fórum de População em Situação de Rua do Rio de Janeiro. À tarde, Lúcia realizou oficina com moradores de rua no Centro de Convivência na Lapa. Os participantes assumiram o compromisso de se reunir toda sexta-feira.

“Os desafios são enormes, mas eu acredito que se as pessoas se organizarem, nós poderemos ver um dia, a realidade mudar”, avalia Maciel.



Maciel, representante do MNLPR no Rio

Sem movimento não há liberdade

“Desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”



Junho de 2013 entrará para a história do Brasil. Alguns fazem piada sobre o título que o movimento ganhará nos livros: “A revolta dos 20 centavos”; “A revolução do vinagre”; “A revolta dos cartazes” e outras versões. As manifestações levaram milhões de brasileiros às ruas e abalaram a Copa das Confederações. As passagens caíram, primeira grande vitória do movimento que continuou nas ruas porque, como muitos cartazes mostravam desde o começo, “não é só por 20 centavos!”. Outras bandeiras, diversas defendidas há anos por movimentos sociais e por assistentes sociais brasileiros, estiveram em evidência nas passeatas e atos: educação e saúde e com “padrão FIFA” (evidente metáfora para “alta qualidade”). Transporte urbano, que geralmente não era visto como uma política pública, mas como um serviço privado, entrou na ordem do dia como um direito a ser disputado pela população.

O que são 20 centavos?

Os 20 centavos podem ter sido a gota d’água, como sugerem alguns. Milhões investidos nas Copas, enquanto a saúde e a educação são privatizadas e precarizadas.

Transporte coletivo cada dia menos eficaz e mais caro. Indignação com a corrupção. Palavra usada de forma genérica para expressar descontentamentos de várias ordens.

O problema não é só o enriquecimento ilícito de governantes e parlamentares. A submissão da política de transporte aos interesses da máfia empresarial; da política educacional às empresas de ensino; da saúde às organizações privadas, resultando em serviços caros e de baixa qualidade, são processos que se fazem “dentro da lei”. Não levarão governantes à cadeia, mesmo com a transformação da corrupção em crime hediondo.

Para reduzir o poder privado sobre o Estado não basta depor ou prender alguns governantes e parlamentares. Será preciso mudar a forma de elegê-los, exercer efetivo controle popular sobre o Estado e realizar transformações estruturais.

Mas, no mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência. Não podemos subestimar os 20 centavos de aumento que, para milhões de brasileiros significou a redução de seu direito de ir e vir. E, com isto, também seu acesso a outros direitos, como saúde, educação e, mesmo, a seus locais de trabalho.

Cariocas “descobrem” a violência policial

A violência da repressão que marcou muitas manifestações chocou a sociedade. No Rio de Janeiro, a maioria se mostrava tranquila com uma polícia que entra na favela para matar e reprime movimentos populares como se fossem criminosos. Nas principais avenidas da cidade, diante de milhares de manifestantes, a mesma polícia atuou, trocando as balas de borracha por balas mortais. Mas, desta vez, a sociedade e até a mídia se indignaram.

Como se fizesse questão de deixar clara a contradição da sociedade, no dia 24 de junho, o BOPE (Batalhão de Operações Especiais da PM) entrou na favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, atirando. Desta vez, com balas mortais. A justificativa era que perseguiam um grupo que assaltava manifestantes na Av. Brasil. Um sargento e nove moradores morreram. Pela primeira vez na história da cidade, a brutalidade da ação da Polícia Militar ganhou visibilidade e a população da Maré sentiu-se forte para, com apoio de autoridades, expulsar a polícia, em passeata.

O que as mortes mostram, seja do sargento do BOPE, seja dos moradores da favela, é que a vida de trabalhadores tem pouco valor em nossa



O CRESS Opina de 24 de junho afirma: "O Serviço Social brasileiro vem, há décadas, defendendo a socialização da riqueza; a qualidade dos serviços oferecidos à população; a ampliação da democracia e da participação popular; além de combater todas as formas de discriminação e preconceito e defender de modo intransigente os direitos humanos. Nosso código de ética não tem receio de afirmar: isto significa a construção de uma sociedade sem exploração ou dominação de classe, gênero ou etnia."

E termina chamando "assistentes sociais a se somarem às lutas em curso, defendendo junto à sociedade nossos valores e propostas coletivamente construídos". O CRESS-RJ participou de diversas mobilizações, tanto na capital como em Volta Redonda e Campos.

Ninguém tem como saber onde esta mobilização vai chegar. Mas o processo de politização da sociedade e a demonstração de força popular na defesa de direitos é irreversível. Precisamos contribuir para aprofundar as vitórias.

E politizar esse processo é reconhecer o papel das organizações de trabalhadores: movimentos, associações, sindicatos e, também, os partidos políticos. É preciso valorizar o acúmulo dessas organizações no processo de mobilização e luta dos trabalhadores.

sociedade. Principalmente quando se trata dos pobres. Esta é a pior de todas as violações de direitos, que precisa ser combatida sem tréguas.

Aposta histórica na mobilização popular

Se para muitos, junho significou o despertar para a luta coletiva, para outros já se tratava de experiência cotidiana.

Em dezembro de 2012, o CFESS lançou a campanha "Sem movimento não há liberdade: no mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência". Os objetivos da campanha, segundo Sâmya Rodrigues Ramos, presidente do CFESS, são "sensibilizar a categoria de assistentes sociais para o debate das múltiplas expressões de violação de direitos como violência"; "divulgar uma cultura política de defesa intransigente dos direitos humanos" e "contribuir para a construção de debates públicos sobre as consequências da violência para as mulheres, para a população negra, para a população LGBT, para as crianças e adolescentes, para as pessoas idosas, para as pessoas com deficiência, em situação de rua, para a população indígena, dentre outros".

Ninguém poderia prever a explosão da mobilização popular que aconteceria em junho. Mas o que a campanha mostra é que o Conjunto CFESS/CRESS está atento e sensível ao momento político e social do país.

Muitos movimentos têm se organizado contra as violações de direitos no Brasil. Como parte da campanha "Sem movimento não há liberdade", o CFESS criou o Observatório de violações e resistências (<http://www.sem-movimentonaohaliberdade.com.br/observatorio>). O objetivo é "divulgar notícias que denunciem as violações de direitos na sociedade brasileira e as resistências dos sujeitos coletivos, grupos e movimentos sociais", explica Sâmya. As notícias são retiradas, em geral, de veículos

alternativos de comunicação, "de modo a tornar públicas informações que quase nunca chegam à população, por não serem do interesse da mídia comercial".

Compromisso com direitos exige ação coletiva e organizada

No dia 24 de junho, o CRESS-RJ divulgou documento em apoio às manifestações populares. O CFESS fez o mesmo.



Pergunte à COFI

Condições éticas e técnicas para o exercício profissional de qualidade

Qual a estrutura física necessária para o trabalho do Serviço Social?

É preciso haver espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados. Também há características físicas adequadas de iluminação diurna e noturna, ventilação apropriada para atendimentos breves ou demorados, e, sobretudo, espaço físico e recursos que garantam a privacidade do usuário.

Existe regulamentação específica sobre o assunto?

Sim. A Resolução do CFESS número 493, de 2006, detalha todas as condições descritas acima, necessárias para que as atividades sejam realizadas em condições éticas e técnicas em acordo com a Lei de Regulamentação e o Código de Ética Profissional.

A Resolução afirma que "o usuário deve ser atendido em salas reservadas e a portas fechadas". Portanto, toda instituição deve garantir esta condição.

O que o Código de Ética tem a ver com esta Resolução?

Nosso Código de Ética afirma, entre outros princípios, o "compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população". O exercício profissional de assistentes sociais em um espaço físico adequado proporciona qualidade ao atendimento e garante o respeito ao usuário e seu direito a sigilo naquilo que revela à assistente social durante o processo de intervenção profissional.

Então o Código de Ética impede a assistente social de atender uma pessoa na rua?

Depende. No caso da abordagem de população em situação de rua, é preciso considerar que, muitas vezes, pode se tornar necessário um primeiro atendimento na rua, até para convencer a pessoa a buscar o equipamento público. Mas, como destacado nesta mesma sessão do Práxis número 69, "a abordagem na rua não pode prescindir das condições éticas e técnicas para o trabalho com qualidade que o profissional deve prestar. A preocupação com o registro, com o sigilo, com a não exposição do usuário deve estar sempre no horizonte da atuação. A abordagem na rua é um momento do conjunto do atendimento que deve ser prestado."

É preciso atenção à necessidade do usuário. O que não exige a instituição de suas responsabilidades, exatamente para atender plenamente essas necessidades.

Isso vale também para o material técnico?

Sim. O material técnico utilizado e produzido no atendimento deve ser de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito a assistentes sociais. A instituição deve oferecer espaço adequado para colocação de arquivos de caráter sigiloso.

Mas quando o material técnico fica em outra sala?

Não é o ideal, mas o material técnico poderá estar em outro espaço físico, desde que seja mantido o caráter reservado de seu conteúdo, garantindo que apenas assistentes sociais tenham acesso a ele.

No meu espaço de trabalho as condições estão inadequadas. O devo fazer?

Cabe à assistente social, independente do tipo de contrato de trabalho que tenha, informar o descumprimento dessa normativa por escrito e entregar ao responsável ou representante legal da entidade, instituição ou órgão em que trabalha ou presta serviços. O documento deve especificar as inadequações constatadas, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

A orientação é que uma cópia da Resolução 493/06 seja entregue à instituição. A íntegra da Resolução pode ser acessada no site do CFESS, na parte de legislação.

E se essa atitude não produzir efeito?

O CRESS deverá ser informado por escrito. Será realizada, então, uma visita de fiscalização pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), que notificará o representante legal ou responsável pelo serviço acerca das irregularidades identificadas, determinando prazo para regularização da situação.

Quais as consequências caso a assistente social não cumpra as exigências da Resolução do CFESS?

A omissão ou conivência de assistentes sociais com as inadequações existentes no seu espaço de trabalho poderá acarretar, inicialmente, notificação pela COFI do CRESS e, posteriormente, poderá haver a abertura de um processo junto à Comissão Permanente de Ética para apuração de responsabilidade ética.

E se as questões sobre condições de trabalho ultrapassarem o que está previsto na Resolução?

Nesse caso, a profissional deve buscar outras organizações de defesa das políticas públicas e de trabalhadores, como Conselhos de Direitos (municipais, estaduais e até mesmo nacional), sindicatos etc.

O papel da fiscalização do CRESS quanto às condições de trabalho diz respeito àquelas que proporcionam atendimento de qualidade à população. Entretanto, apenas em articulação com outros sujeitos podemos fortalecer as lutas por melhores condições de trabalho em todos os seus aspectos.

Ter as instâncias de controle social, contatos do Ministério Público na pasta de recursos é fundamental. Mas também é fundamental estar sindicalizado, e levar ao sindicato suas reivindicações trabalhistas, pois essas lutas também dizem respeito às condições de trabalho de assistentes sociais.



O Código de Ética do Assistente Social pode ser acessado em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf

Orientação e fiscalização profissional

Visitas programadas

Política de Assistência Social

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS-RJ realiza, há alguns anos, visitas programadas aos campos de atuação de assistentes sociais no estado do Rio de Janeiro. Desde 2011, as unidades públicas da Política de Assistência Social foram eleitas como prioridades. Até o momento, já foram visitados todos os CRAS e CREAS da cidade do Rio de Janeiro, e parte dos do interior.

O Praxis entrevistou a agente fiscal Maria de Fátima Valentim e a conselheira Hilda Corrêa sobre o que tem sido observado e concluído dessas visitas.

Além da demanda institucional: Podemos identificar que as profissionais costumam incorporar os objetivos institucionais como se neles se esgotassem todas as possibilidades profissionais. Assim, deixam de planejar a sua prática, considerando que o planejamento já está definido pelos projetos da instituição. O CRESS tem orientado as profissionais a elaborar projetos de intervenção do Serviço Social, pois ele orienta a ação profissional e registra a intencionalidade do trabalho. É este o instrumento que pode articular as competências profissionais com as demandas e necessidades dos usuários, bem como aquelas requisições que nos são postas pelas instituições.

Desafios do trabalho em equipe: Observamos a necessidade de reflexões e debates sobre o trabalho interdisciplinar. O trabalho em equipe, definido nas orientações técnicas da Política de Assistência Social, não pode negligenciar as responsabilidades de cada categoria profissional. É preciso identificar papéis e atribuições de forma clara e objetiva, e prestar um atendimento a partir das nossas competências e atribuições.

O MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) sugere o atendimento conjunto pela equipe técnica. O CFESS, por sua vez, vem tentando debater esta orientação para que fique mais claro o agir dos profissionais. Não é necessária uma sala individual para a assistente social, mas é indispensável que haja uma ou mais salas, dependendo da demanda, que permita o atendimento individual e assegure condições de confiabilidade e de sigilo ao usuário.

Visitas domiciliares: Alguns gestores exigem a visita domiciliar como condição para o acesso a serviços e benefícios. Mas as visitas não têm, para o Serviço Social, caráter fiscalizatório. Nosso código de ética afirma a defesa que devemos fazer do protagonismo do usuário. Se ele prestou determinadas informações, não cabe à assistente social verificar, através da visita domiciliar, se é verdade ou não.

O CRESS orienta, nestes casos, a manifestação de assistentes sociais, fundamentada e de preferência coletivamente, esclarecendo ao gestor que a visita domiciliar é um instrumento que compõe o estudo social e um parecer técnico, e que é prerrogativa da autonomia profissional definir sua necessidade ou não.

Condições de trabalho: Poucos municípios apresentam condições de trabalho adequadas: instalações físicas, veículo para deslocamento das

O que são visitas programadas

São visitas agendadas por iniciativa do Conselho, independente de demanda externa. Têm como objetivo conhecer as condições de trabalho e o exercício profissional das assistentes sociais. Nestas visitas é privilegiada uma ação político-pedagógica com ênfase nas competências técnicas e nos compromissos ético-profissionais.

A ação inclui a devolução aos profissionais da análise das realidades observadas, com palestras, debates e outras ações. A proposta é instrumentalizar a categoria para enfrentar os desafios do cotidiano profissional.

profissionais, materiais e equipamentos de trabalho como computador e internet com a qualidade dos serviços.

A COFI reuniu-se ao final do mês de abril com a assistente social Heloísa Mesquita, Superintendente da Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH). Heloísa concordou com os aspectos negativos apontados a partir das visitas da COFI que comprometem a qualidade dos serviços prestados à população. Disse estar atenta às condições de funcionamento nos CRAS dos municípios, tendo visitado a maioria das unidades.

O CRESS decidiu acionar instâncias de controle social, municipais e posteriormente estadual, para informar irregularidades encontradas. O objetivo é somar forças com outros sujeitos para enfrentar a precarização das condições de funcionamento das unidades. O Ministério Público e o Poder Judiciário também são recursos a que o Conselho pode recorrer.

A maioria dos municípios visitados ainda não se adequou à NOB-RH (Norma de Orientação Básica de Recursos Humanos do SUAS), no que diz respeito à contratação por concurso público. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) está atento ao cumprimento, pelos municípios, da exigência de realização de concursos públicos nos equipamentos da assistência social. Há uma expectativa de que o TCE divulgue, em breve, definição de prazo e orientações aos municípios a respeito de concursos e composição dos quadros profissionais por servidores, sob pena de serem responsabilizados caso não os cumpram.

Articulação com outros sujeitos: É fundamental que assistentes sociais participem dos espaços de formulação de propostas e controle social: conferências e conselhos de assistência social. Estes são espaços para apresentação de propostas, denúncias, estudos, levantamentos e outras ações importantes para qualificar o trabalho na Assistência Social.

A organização de assistentes sociais em sindicatos e em fóruns de trabalhadores também é outra estratégia fundamental na luta contra a precarização das condições de trabalho. Assistentes sociais podem e devem ser protagonistas nessas lutas.

Fortalecer as formas de organização e participação dos usuários também é fundamental para o enfrentamento desse quadro, e para a afirmação da assistência social como política pública.

Condições de trabalho no Judiciário

Mais trabalho sem as devidas condições para realizá-lo



Charles, do CRESS, e André, do CRP, apresentam o resultado da pesquisa

Pesquisa revela que 71% das profissionais das Equipes Técnicas Interdisciplinares (ETICs) avaliam que a criação dessas equipes prejudicou o trabalho de assistentes sociais e psicólogos. Apenas 3% consideram que melhorou. Como resultado, mais de 70% das respostas identificaram relação entre condições de trabalho e afastamentos por problemas de saúde.

Os dados são da pesquisa realizada por uma comissão de profissionais de Serviço Social e Psicologia, organizada pelo Sind-Justiça, com apoio do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ) e do Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ). Em 2012, foram ouvidos 165 profissionais, de 34 equipes em todo o Rio de Janeiro.

No dia 14 de junho, o Sind-Justiça realizou assembleia para devolução dos resultados da pesquisa, na sede do sindicato. CRESS e CRP apresentaram os números, encerrando sua participação no processo. Em seguida, a categoria debateu os próximos passos do sindicato na defesa dos trabalhadores.

Charles Toniolo, presidente do CRESS-RJ, destacou, na abertura do debate, o fato de que "as perguntas sobre o que as condições de trabalho e o que a instituição devia fornecer, foram respondidas. Já às perguntas sobre o cotidiano do trabalho, um percentual significativo não respondeu". Em alguns casos, a abstenção ultrapassou os 30%. "Não estamos conseguindo falar do que efetivamente estamos fazendo. É preciso ter sistematizado o que fazemos, para

apontar com clareza que prejuízos estão ocorrendo na qualidade de nosso trabalho", alertou.

Profissional polivalente e falta de transparência

As ETICs foram criadas com a promessa de melhorar a distribuição do trabalho. Na prática, elas serviram para viabilizar a redução de pessoal. "Outra dificuldade é a prática de se contratar terceirizados", reflete André Souza Martins, do CRP.

Originalmente, o sistema judiciário deveria ter uma equipe técnica para cada Vara. Com as ETICs, cada equipe atende a uma região, o que significa mais trabalho e muitos deslocamentos, tanto para profissionais quanto para usuários.

Mais de 50% das profissionais informaram levar de uma a três horas no deslocamento entre fóruns. A pouca disponibilidade de carro e combustível torna os deslocamentos ainda mais difíceis. Um assistente social do interior chegou a afirmar que: "quando a equipe técnica pede o carro, parece que estamos pedindo um favor".

Com as ETICs, psicólogos e assistentes sociais passaram a atuar em processos nas mais diferentes áreas jurídicas. Ao mesmo tempo, mais de 80% das profissionais em cargo de chefia não recebem nenhum tipo de gratificação.

Há um consenso entre os profissionais de que falta pessoal, mas não se sabe quantos. O Tribunal não fornece informação sequer sobre quantos profissionais há no quadro atual. Nem

sindicato nem conselhos conseguem esta informação. Apesar da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro todas as solicitações de informação sobre o quadro de funcionários foram ignoradas pelos juizes responsáveis.

Charles destacou a importância da organização sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores e reafirmou: "É fundamental falar para os sindicatos sobre nossas demandas específicas de condições de trabalho. Para que os sindicatos conheçam essas demandas e possam unificar as lutas dos trabalhadores da área".

Produtivismo

Em maio deste ano terminou uma campanha de incentivo à aposentadoria, no Tribunal. Soma-se a isso "o aumento da judicialização da sociedade, que faz crescer ainda mais a demanda sobre o judiciário", avaliou André, do CRP.

"A lógica produtivista que está nos adoecendo é coordenada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça)", afirmou Wagner Cordeiro, Analista Judiciário e delegado sindical do Sind-Justiça, em palestra que abriu a assembleia do dia 14/6, no Sindicato. Wagner apresentou um resumo histórico de como se construiu a "lógica quantitativa" no Judiciário, mas destacou que ela atinge os trabalhadores de outros setores também. Para ele, o mais perigoso na nova organização do trabalho é a "adesão dos trabalhadores à ideologia produtivista", em que os números, importantes para demonstrar o impacto dos serviços prestados à população, se sobrepõem à qualidade de um serviço necessário a um real acesso à justiça.



Seccionais

Volta Redonda



Projeto de intervenção: instrumento fundamental para atuação

A construção de projetos de intervenção para legitimar o projeto profissional, aquele que vai além da própria instituição em que se atua, é importantíssima. Necessária. Porém, em poucos locais há um, formalmente falando. Na verdade, grande parte das profissionais de Serviço Social até constroem um projeto de intervenção, mas de maneira informal, "na cabeça", sem formalizá-lo por escrito. Isso não é uma exclusividade da região da Seccional de Volta Redonda.

Em visitas da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) aos diferentes CRAS e CREAS na região, percebeu-se a necessidade de aprofundar o tema.

Diante desse sinal, a Seccional realizou, dia 25 de abril, a primeira reunião ampliada de 2013, tendo como foco a construção de tais projetos. Duas profissionais foram convidadas para discutir o tema e expor suas experiências. Débora Tavares Rodrigues, assistente social da Secretaria Municipal de Barra do Pirai, que atua no Centro de Referência de Assistência Social Califórnia, da Secretaria de Assistência Social do município; e Cristiane Almeida Alves, que na ocasião era coordenadora do Programa de Saúde Mental de Pirai.

Débora abordou o trabalho da assistente social na política de assistência social com enfoque na proteção social básica.

Cristiane falou das particularidades do trabalho na política de saúde mental. As assistentes sociais presentes se sentiram identificadas com as questões. Não era apenas a questão teórica, mas a prática da profissão que estava em pauta. O que aflorou do encontro foi a importância da elaboração do projeto de intervenção como norteador do exercício profissional em diferentes espaços ocupacionais.

O encontro foi tão instigante que o minicurso realizado no mês de maio sobre o tema foi um dos que contou com participação mais expressiva da categoria, mostrando que é grande a necessidade de se debater e aprofundar o assunto. Porém, mais que construir um projeto de intervenção é preciso formalizá-lo, colocá-lo no papel, para que sirva de subsídio constante ao nosso exercício profissional. Trata-se de definir o objetivo de nossa atuação profissional, e como buscar atingi-lo, superar dificuldades que se apresentam, avaliar posteriormente as medidas adotadas.

A execução de um projeto profissional para intervenção de assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional está atrelada à busca pela legitimidade do projeto profissional que preconiza o compromisso com os princípios e valores ético-políticos conquistados pelo Serviço Social.

Campos do Goytacazes



Munição para as conferências

As conferências municipais, nacionais e estaduais de assistência social estão aí. O desafio é ter um discurso afinado com os interesses legítimos dos trabalhadores – coerentemente com nosso projeto ético-político profissional – e ao mesmo tempo dialogando com outros segmentos sociais.

A primeira plenária, organizada pela Seccional de Campos e pela sub-sede do Conselho Regional de Psicologia na região, que aconteceu em 20 de junho, na UFF/Campos, foi um importante passo nessa direção. Houve de fato uma mobilização das categorias de assistentes sociais e de psicólogos da Região Norte e Noroeste Fluminense. A primeira plenária regional preparatória para as conferências teve como tema "Financiamento público e condições de trabalho". Na ocasião foram definidas algumas propostas coletivas das categorias em torno da gestão do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dos demais eixos das conferências de assistência social, considerando não somente a política pública, mas as deliberações realizadas pelo CFESS em plenária realizada, em Brasília, nesse primeiro semestre do ano.

Entre as deliberações coletivas levantadas nesta primeira plenária, e que deverão estar presentes nas diferentes conferências, podem ser ressaltadas a defesa de utilização dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) com foco direcionado à população beneficiária do SUAS; concursos públicos para contratação de

profissionais; planos de cargos, carreiras e salários; operacionalização da Norma de Operação Básica do SUAS (NOB RH 2006); defesa da redução das terceirizações e contratações; defesa da garantia de uma equipe de referência na estruturação dos serviços de proteção social especial, aprofundando a relação SUAS/SINASE; e defesa de capacitação permanente própria para os trabalhadores da assistência social, entre outras.

Em novembro será realizado, com organização da Seccional de Campos, o "IV Seminário sobre o SUAS" e, a partir disso, será criado um Fórum Regional dos Trabalhadores da Área, que irá acontecer no mesmo mês.

Após a realização da plenária de junho a diretoria da Seccional de Campos dos Goytacazes vem sendo convidada para várias conferências municipais na região, já tendo participado, até o início de julho, de uma conferência em Macaé e de uma plenária sobre gestão do trabalho e a importância da relação multiprofissional em São João da Barra. A plenária de São João da Barra contou com a participação de trabalhadores do SUAS na região, tanto os de nível superior, como os de nível fundamental e médio.

A diretoria da Seccional avalia que esse tipo de iniciativa tem tudo para ser bem sucedida, pois o protagonismo da organização de assistentes sociais e psicólogos incentivam a participação de outros trabalhadores da política, unificando as lutas em defesa de uma política de assistência social de qualidade.

**TRABALHO E DIREITOS
A LUTA NÃO PARA!**

Outras ações do CRESS

Abril e Maio de 2013

CRESS-RJ participou de mobilizações

Marcha Nacional Unificada, em Brasília, dia 24/4, construída em conjunto pelo Fórum Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, centrais sindicais e movimentos populares. A marcha protestou contra a atual política econômica e as privatizações, defendeu o serviço público de qualidade e os direitos trabalhista, além de condenar todas as formas de discriminação e opressão, entre outras reivindicações dos movimentos sociais.

Ato "Sem movimento não há liberdade", organizado pelo CFESS, dia 25/4, na UnB, parte da campanha nacional do Conjunto.

25 anos de marcha "A farsa da abolição", o CRESS-RJ participou da organização do ato comemorativo, que ocorreu no dia 13/5, no Centro do Rio.

Em defesa da saúde pública, dia 9/4, ato e da passeata organizados pelo Fórum pela Saúde e outras entidades, no Largo da Carioca. E dia 9/5, nas reuniões dos Conselhos Universitários da UFRJ e da UNIRIO, que discutiram a privatização dos hospitais universitários através



Categoria e conselheiros do CRESS-RJ presentes nas manifestações

da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Ambos os Conselhos não aprovaram a proposta, graças às manifestações.

Por políticas públicas e não-repressivas em saúde mental, ato "Internação forçada não", dia 2/4, contra o Projeto de Lei 7663, do deputado federal Osmar Terra, que legaliza a internação compulsória de usuários de drogas. Dia 12/4, foi a vez do "passeato" contra as internações forçadas de usuários de drogas, contra a privatização

da saúde e em defesa das políticas de atenção psicossocial brasileira", durante o I Congresso Nacional de CAPSi (Centros de Atenção Psicossocial infantis). **Dia 17/5**, na Praça XV, ato pelo Dia Internacional da Luta Antimanicomial.

Em defesa do SEPE, dia 3/5, no ato pela livre organização sindical, em resposta ao processo judicial movido pelo governo do estado contra o SEPE em função da greve realizada pelos professores da rede estadual.

Seminários e audiências públicas

Contra a privatização das prisões, dia 16/5, no Seminário "Sistema de justiça criminal e a privatização das prisões: o grande encarceramento a serviço de quem?", realizado pelo Fórum de Saúde no Sistema Penitenciário, na EMERJ. **Dia 21/5**, na audiência pública sobre saúde no sistema penitenciário, convocada pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Foram apresentados os dados da COFI sobre a precarização das condições de trabalho de assistentes sociais do sistema prisional.

Sobre políticas de drogas, dia 4/4, no seminário organizado pelo Fórum Permanente de Direitos Humanos da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), intitulado "Drogas: dos perigos da proibição à necessidade de legalização". Dia 24/5, na Escola de Serviço Social da UFRJ, no evento "Saúde e Segurança Pública: conexões e dissensos ao proibicionismo às drogas".

Exploração sexual contra crianças e adolescentes, dia 29/5, no evento realizado pela Rede "Rio Criança Baixada", na Câmara Municipal de São João de Meriti.

Sistema Nacional LGBT, dia 25/4, na audiência pública realizada no prédio da Central do Brasil, pela Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Foram debatidas sugestões para a construção de políticas públicas de combate à homofobia no estado do Rio de Janeiro.

Mesas sobre internação compulsória – no dia 10/4, o CRESS-RJ compôs uma das mesas da atividade "Crack – prevenção, resgate e cuidados em Saúde Mental", realizada pelo Ministério Público Estadual. Participou também do seminário organizado pela Escola de Saúde e pelo curso de Serviço Social da UNIGRANRIO, no dia 25/4, em Duque de Caxias, sobre internação compulsória. No dia 25/4, compôs a mesa "O Estado e a internação compulsória: o que pensa a juventude? Direito ou violação?", na PUC/RJ.

Comemoração dos 40 anos da UNISUAM – com o tema "Lutas e conquistas a nível da categoria, do Sistema SUAS e no curso de Serviço Social na SUAM (pesquisa e extensão)", o CRESS-RJ compôs a mesa do evento

comemorativo no campus Bonsucesso, dia 24/5.

Jornada Científica do UNIFOA – a Seccional de Volta Redonda participou da mesa de abertura, dia 22/5, falando da importância da produção acadêmica para a defesa do projeto ético-político do Serviço Social.

Fórum Regional de Supervisão de Estágio do Sul Fluminense – a Seccional de Volta Redonda apoiou a organização e participou do evento realizado pela ABEPSS, no dia 3/4, na UNIFOA, em Volta Redonda.

Eleição no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – dia 24/5, o CRESS-RJ foi eleito para ocupar duas cadeiras da sociedade civil – uma titular e uma suplente – do CEDCA-RJ, com os assistentes sociais Rodrigo Lima e Charles Toniolo, respectivamente.

O CRESS-RJ na mídia – dia 29/5, o CRESS-RJ participou do Programa Tema Livre, na Rádio Nacional, sendo entrevistado sobre o Programa Bolsa Família.

30 horas

Na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – o CRESS-RJ, junto com diversos assistentes sociais que atuam na PCRJ, ocuparam o gabinete no vice-prefeito, Adilson Pires (foto), nos dias 25/4 e 2/5. A ação exigiu posicionamento definitivo do prefeito Eduardo Paes sobre a implantação da jornada de 30 horas semanais para assistentes sociais. A Prefeitura comprometeu-se a apresentar oficialmente um projeto, no dia 15 de maio. Até o fechamento desta edição, a Prefeitura não se manifestou.



No serviço público federal – dia 6/5, o CRESS-RJ e algumas assistentes sociais do INSS e do INCA reuniram-se com o deputado federal Alessandro Molon, para debater a implantação da jornada de 30 horas para assistentes sociais no serviço público federal. O deputado comprometeu-se a receber o Conselho Federal de Serviço Social, em Brasília, para discutir estratégias de garantir o respeito à Lei 12.310/2010.

Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Curso de Especialização do Serviço Social no campo sociojurídico – com a retomada do calendário acadêmico das universidades públicas após a greve de 2012, o CRESS-RJ retomou o GT que está elaborando um curso sobre o tema. A reunião ocorreu no dia 10/4, na sede do Conselho.

Ciclo de debates “Serviço Social e Saúde” – dia 24/4, no auditório do CRESS-RJ, a Comissão de Saúde organizou a segunda atividade do ciclo, debatendo a atuação de assistentes sociais na atenção básica

Atividade do Núcleo “Construção e movimento” – o CRESS-RJ, sede e Seccional de Campos dos Goytacazes, participou, no dia 16/5, do evento realizado em Macaé. Compoendo a mesa de abertura e a mesa principal, intitulada “Autonomia e condições de trabalho”, o evento ficou lotado, e contou também com a presença de gestores.

Evento do Núcleo “Centro Sul” – dia 7/5, a direção da Seccional de Volta Redonda e a COFI participaram do evento em Valença, discutindo a Política Nacional de Fiscalização do conjunto CFESS/CRESS.

Conjunto CFESS/CRESS

Plenária Nacional “Os desafios do trabalho do/a assistente social na política de assistência social” – realizada nos dias a realizar-se-á nos dias 5 e 6/4, em Brasília, o evento organizado pelo CFESS reuniu os CRESS de todo país, de modo a discutir os desafios e estratégias de enfrentamento das questões que envolvem o exercício profissional de assistentes sociais no âmbito da política de assistência social. Agentes fiscais e Seccionais do CRESS-RJ estiveram presentes no evento.

Seminário Interno da Comissão de Inscrição – a Comissão de Inscrição e os funcionários do Setor de Registro e Anuidade do CRESS-RJ realizaram discussões internas visando aperfeiçoar os procedimentos de inscrição e regularização dos débitos das profissionais.

Reunião do Grupo de Trabalho Nacional Serviço Social e Política Urbana – criado em 2012, o GT coordenado pelo CFESS reuniu-se pela primeira vez, em Brasília, dia 20/4. O CRESS-RJ representa a Região Sudeste. A reunião discutiu a participação do CFESS na Conferência Nacional das Cidades, além de iniciar levantamento sobre a inserção profissional na área do direito à cidade.

Fórum Regional das Comissões Permanentes de Ética – dia 6/4, em Vitória, e dia 1/5, em São Paulo, membros da Comissão Permanente de Ética do CRESS-RJ participaram de reuniões das Comissões de Ética da Região Sudeste. A revisão do Código Processual de Ética do conjunto CFESS/CRESS foi o tema central.

Exercício profissional de assistentes sociais em empresas – esse foi o tema da mesa organizada pela Comissão de Empresa do CRESS em Macaé, dia 4/4, na sede do SINDIPETRO.

Mês de Maio – durante o mês da assistente social, o CRESS-RJ participou de diversas atividades organizadas pela categoria em todo o estado, como convidado (Hospital Universitário Pedro Ernesto, Pólo Universitário de Rio das Ostras da UFF, Encontro com Autores da Editora Lúmen Júris), ou como palestrante (Secretaria Municipal de Saúde de Japeri, Hospital Unimed de Petrópolis). Agradecemos a todas as equipes que nos convidaram, e parabenizamos a todas aquelas que, de algum modo, realizaram atividades comemorativas.



Curso sobre Serviço Social e financiamento da política de assistência social – com o objetivo de preparar a categoria para as conferências de assistência social que ocorrerão durante o ano, a Comissão de Assistência Social do CRESS-RJ organizou curso sobre orçamento e política de assistência, no auditório do Conselho, dia 17/5.

AÇÕES DO CRESS – Abril e maio de 2013		Números
Pedidos de novas inscrições / reinscrições		278
Pedidos de cancelamentos / transferências para outros CRESS		52
Débitos encaminhados para dívida ativa		-
Cerimônias de entrega do título de assistente social		1
Atendimentos da COFI	Por telefone	121
	Por e-mail	81
	Pessoalmente	21
Visitas realizadas		35
Novos procedimentos da COFI		07
Novas denúncias éticas	De usuários	-
	De assistentes sociais	-
	De outros	-
Processos éticos em andamento	Com comissões de instrução de processos éticos em funcionamento	15
	Sem comissões de instrução de processos éticos em funcionamento	6
Julgamentos éticos realizados		-
Reuniões de Comissões do CRESS-sede		26
Reuniões na Seccional de Campos dos Goytacazes		6
Reuniões na Seccional de Volta Redonda		4
Reuniões de Núcleos do CRESS		6
Reuniões de Conselho Pleno		2

30 horas

Trabalhadores do CRESS-RJ têm direito à jornada de 30 horas

Coerente com a defesa da redução de jornada de trabalho para toda a classe trabalhadora, o Conselho Regional de Serviço Social estendeu, em junho, a jornada de 30 horas para todos os funcionários do Conselho.

“A redução da jornada de trabalho, além de ter o objetivo de proteger a saúde do trabalhador, propicia a ele outras atividades, como lazer, saúde, qualificação, participação política etc.”, defende Edenilza Cesário, conselheira e coordenadora da Comissão da Comissão de Gestão Administrativo-Financeira do CRESS-RJ. Na opinião da conselheira, “Além de proporcionar qualidade de vida, a redução da jornada também tende a melhorar a qualidade do serviço oferecido por esses trabalhadores”.

“Se a gente trabalha menos horas, tem que ter mais atenção, trabalhar mais concentrado”, avalia Edilson Moreira, agente administrativo do Conselho e diretor do Sinsafispro (Sindicato dos Servidores das Autarquias de Fiscalização Profissional e das Entidades Coligadas no Estado do Rio de Janeiro).

Reorganização do trabalho no CRESS-RJ

Edenilza explica que foram realizadas “várias reuniões com funcionários, não só para discutir as 30 horas. Já estávamos num processo de reorganização do trabalho, no CRESS, aprimorando a divisão de trabalho, qualificando etc. Começamos a discutir o que cada funcionário faz, quais são suas tarefas, para melhorar a distribuição de trabalho e melhorar os processos.”

A decisão altera apenas a jornada dos funcionários de nível fundamental e médio. Os demais já cumpriam jornada de 30 horas. “A gente, agora, está esperando a efetivação do nosso novo plano de cargos e salários”, destaca Edilson. Para Elias, a iniciativa de contratação de profissional especializado para elaboração deste plano foi acertada: “A expectativa é ter uma gestão mais profissionalizada no Conselho.”

A luta pelas 30 horas

**2010**

Congresso Nacional aprova a Lei 12.317, que estabelece que assistentes sociais, em todo o país, têm direito à jornada de trabalho de 30 horas semanais.

2012

41º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS delibera pela implantação das 30 horas para todos os trabalhadores do Conjunto, no prazo máximo de dois anos.



CAPÍTULO VI - DO REGULAMENTO DE PESSOAL

CLÁUSULA 27ª - TRABALHO NOTURNO:
O trabalho noturno será remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento), entendendo-se como tal o trabalho das 22:00 às 05:00 horas.
27.1) Os funcionários do CONSELHO terão a jornada de trabalho reduzida para 30 (trinta horas) semanais, sem prejuízo da remuneração contratual vigente, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

2013

Reunião de negociação do acordo coletivo dos trabalhadores do CRESS-RJ aprova 30 horas para todos os trabalhadores do Conselho.

Em 2011, o Conjunto CFESS/CRESS criou o Grupo de Trabalho (GT) de gestão do trabalho, com participação de conselheiros e funcionários dos conselhos. “O objetivo principal era tentar uniformizar a gestão de pessoal do Conjunto, porque havia muitas discrepâncias de um estado para outro”, explica Elias Azevedo, agente fiscal do Conselho e representante dos trabalhadores da região Sudeste no GT.

O objetivo central do GT era elaborar um documento com linhas gerais para que os CRESS construam seus planos de cargos e salários do Conjunto, que foi apresentado no Encontro Nacional de Palmas, em 2012. As 30 horas não constavam deste documento. Mas, avalia Elias, “era inevitável que, neste debate, surgisse a questão das 30 horas, por uma questão de coerência”.

A proposta de redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, foi aprovada na plenária final do Encontro. Apesar do prazo máximo de dois anos para a implantação da nova jornada, a maioria dos CRESS do país já implantou a medida.